

AUTONOMIA FUNCIONAL E ENVELHECIMENTO: UMA TIPOLOGIA MUNICIPAL

Pedro Moura Ferreira, Alda Botelho Azevedo

Neste capítulo, analisam-se as incapacidades e limitações funcionais, as pessoas que vivem sós e as condições habitacionais da população portuguesa, com base numa tipologia ao nível municipal, relacionando-a com o envelhecimento da sociedade.

Os Censos de 2011 recolheram, pela primeira vez, informação relativa a limitações da população portuguesa em termos sensoriais, motores e cognitivos. Esta orientação reflete uma preocupação com o envelhecimento e revela a necessidade de melhor conhecer essas limitações de modo a apoiar políticas de ação social e de saúde, contribuindo para a qualidade de vida e bem-estar da população. Essas políticas assumem um âmbito local na medida em que devem proporcionar condições para que as pessoas portadoras de limitações cognitivas, sensoriais e motoras possam ter, em casa e na comunidade, uma vida mais facilitada e autónoma. Esta é uma razão que justifica conhecer a distribuição da autonomia funcional a nível municipal, a fim de se poder avaliar a sua extensão e a premência das respostas sociais.

No âmbito da informação disponibilizada pelos Censos de 2011, faz sentido considerar dois importantes condicionalismos: pessoas que vivem sós e condições habitacionais. O primeiro circunscreve as sociabilidades e as redes de interação social, enquanto o segundo afeta as bases materiais da vida quotidiana. A autonomia funcional é prejudicada não apenas em termos da severidade das limitações funcionais, mas também por redes restritas de apoio e por deficientes condições habitacionais. Por isso, parece importante relacioná-las, a nível municipal, com os agregados unipessoais e as condições habitacionais. Neste sentido, é possível apresentar uma tipologia municipal tendo em conta o peso ou a prevalência das incapacidades e limitações funcionais na população e também os condicionalismos referidos que interagem com a autonomia e o bem-estar das pessoas portadoras das mesmas.

Incapacidades e limitações funcionais

Uma questão que a tipologia levanta é a relação com o envelhecimento. Não se ignora que as limitações funcionais estão relacionadas com o envelhecimento, embora não decorram necessariamente dele (Cabral, 2013). Do mesmo modo, há também conexões fortes entre, por um lado, as pessoas que vivem sós e as condições habitacionais e, por outro, o envelhecimento (Bandeira, 2014). Justifica-se, assim, analisar o grau de sobreposição da tipologia com o envelhecimento, clarificando o papel da estrutura etária e de outras variáveis eventualmente intervenientes na diferenciação regional dessa tipologia.

Os Censos de 2011 contemplaram um bloco de seis questões acerca das limitações funcionais, cuja formulação geral era a seguinte: «Nas perguntas seguintes, indique o grau de dificuldade que sente diariamente na realização de algumas atividades devido a problemas de saúde ou decorrentes da idade (envelhecimento)». Adicionalmente, advertiam que a dificuldade se devia manifestar há pelo menos seis meses. Em relação a cada pergunta, admitiam-se três níveis de respostas: sem dificuldade; com muita dificuldade; não consegue.

Na presente análise, estas questões foram tratadas da seguinte forma:

a) Atendendo ao facto de a percentagem na última categoria de resposta (*não consegue*) ser baixa (normalmente inferior a 1%), optou-se por agrupá-la com a categoria *muita dificuldade*, dicotomizando as respostas em *sem dificuldade* ou *com dificuldade*, incluindo nesta última a incapacidade.

b) As seis questões foram reagrupadas duas a duas, de acordo com a seguinte classificação: sensoriais (visão e audição), motoras (andar e tomar banho/vestir-se sozinho) e cognitivas (memória/concentração e compreender/fazer-se entender).

c) Foram constituídas três novas variáveis, que resultam da média das duas variáveis que integram as três incapacidades/limitações funcionais (sensoriais, motoras e cognitivas). O Quadro 5.1, na página 60, sumaria as médias, os valores mínimos e máximos destas variáveis.

Incapacidades e limitações sensoriais

As funções sensoriais em causa são a visão e a audição.

Em relação à visão, a pergunta dos censos estava formulada nos seguintes termos: «Tem dificuldade em ver mesmo usando óculos ou lentes de contacto?» O peso médio por município da população que reporta dificuldades com a visão é de 10,3%. Há, contudo, variações importantes, como mostra a variação entre o valor mais alto (19,9%) e o mais baixo (4%).

Figura 5.1 Índice de incapacidades sensoriais, por município, 2011 (%)

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados do Recenseamento Geral da População, 2011.

Sobre a audição, a formulação foi semelhante: «Tem dificuldade em ouvir mesmo usando aparelho auditivo?» O valor médio é de 6,4%, e os valores mínimo e máximo são sensivelmente mais baixos, 3,2% e 12,9%, respetivamente. As pessoas reportam, assim, menos dificuldades ou problemas auditivos do que visuais.

As duas perguntas relativas à visão e à audição foram agrupadas numa variável — *incapacidades/limitações sensoriais* —, cujos valores médio, máximo e mínimo são, respetivamente, 8,3%, 16,4% e 3,8%. Assim, a população por município com incapacidades/limitações sensoriais é, em média, inferior a uma em cada dez pessoas. Todavia, registam-se grandes diferenças de município para município, atendendo à amplitude entre o valor mais alto e o mais baixo.

Em termos de distribuição geográfica, esta nova variável revela um padrão diferenciado (Figura 5.1). Referindo os dois quartis extremos (<6,6% e >9,6%), sobressai uma amplitude bem abaixo da verificada entre o valor mínimo e o máximo acima reportada. As diferenças entre municípios aparecem mais aplanadas, sem, no entanto, desvanecerem um contraste territorial tripartido:

a) Os municípios que apresentam baixa percentagem de população com incapacidades/limitações sensoriais concentram-se: i) na região que tem o Porto como epicentro e uma distribuição mais orientada para o litoral do que para o interior; ii) na Região de Lisboa e da península de Setúbal; iii) no Algarve, sobretudo, o Litoral.

b) Os municípios com percentagens altas e médio-altas estendem-se pelo resto do país, evidenciando, sobretudo, a interioridade ou as regiões de baixa densidade demográfica, como a região alentejana. É, sem dúvida, o padrão que melhor caracteriza o país.

c) Desta enorme mancha sobressaem algumas regiões com um padrão médio-baixo, sobretudo, associadas a centros urbanos com densidades populacionais mais robustas.

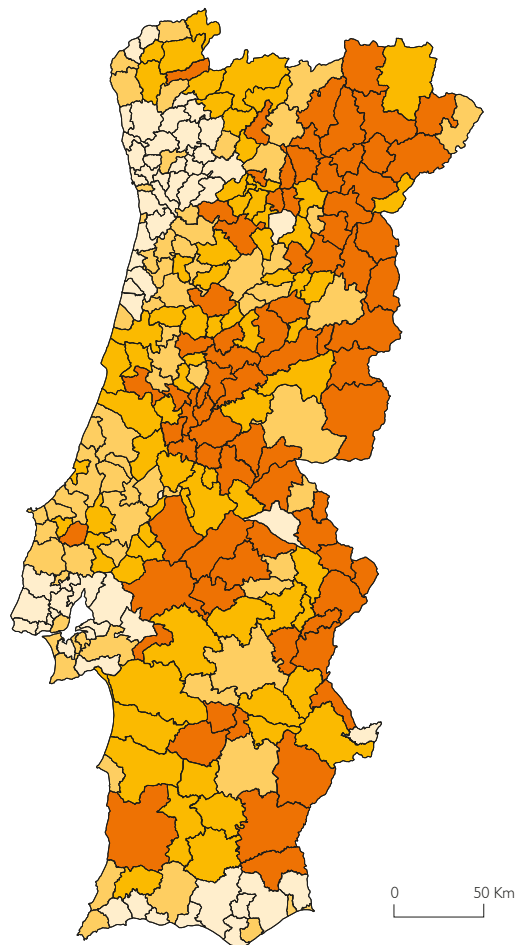
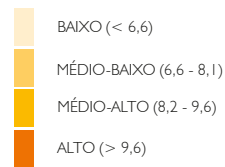


Figura 5.2 Índice de incapacidades motoras, por município, 2011 (%)

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados do Recenseamento Geral da População, 2011.

Incapacidades e limitações motoras

Sob esta designação são agrupados dois indicadores: o primeiro diz respeito à locomoção (andar/subir degraus); o segundo refere-se à autonomia relativamente a cuidados pessoais (tomar banho/vestir-se sozinho). À semelhança do que foi feito antes, estes indicadores são depois combinados para dar lugar à variável *incapacidades/limitações motoras*.

O questionário averiguava: «Tem dificuldade em andar ou subir degraus?» De todas as incapacidades e limitações recenseadas, os problemas relativos à locomoção parecem afetar o maior número de pessoas. Com efeito, o valor médio é o mais elevado (11,4%), ultrapassando o da visão, que, como referido, é também elevado. Seja como for, observa-se a nível municipal que uma em cada dez pessoas tem problemas de locomoção. Porém, o valor máximo (20,4%) e o mínimo (6%) mostram disparidades regionais muito acentuadas.

O segundo indicador contempla também duas atividades (vestir-se ou tomar banho sem recorrer a ajudas), vistas como refletindo a autonomia em termos de cuidados pessoais, assim formulado: «Tem dificuldade em tomar banho ou vestir-se sozinho?»

O valor médio é de 5,9%, muito abaixo do valor registado para os problemas de locomoção, e a diferença entre o valor máximo (13,6%) e mínimo (2,9%) é mais reduzida, na ordem de 10%. Deste modo, os problemas de autonomia em torno dos cuidados pessoais são menos expressivos do que os de locomoção.

A combinação das atividades de locomoção e de cuidados pessoais resultou na variável *incapacidades/limitações motoras*, cujo valor médio se situa em 8,7% e os valores máximo e mínimo são, respetivamente, 16,5% e 4,7%. Apesar de se terem verificado valores elevados no caso da locomoção, o indicador agora analisado revela que as incapacidades e limitações motoras têm uma expressão da mesma grandeza que as sensoriais (8,3%) e que a diferença entre os valores extremos é semelhante (cerca de 12%).

A semelhança entre as incapacidades e limitações motoras e sensoriais reflete-se também na distribuição regional (Figura 5.2). Com efeito, a distribuição relativa às

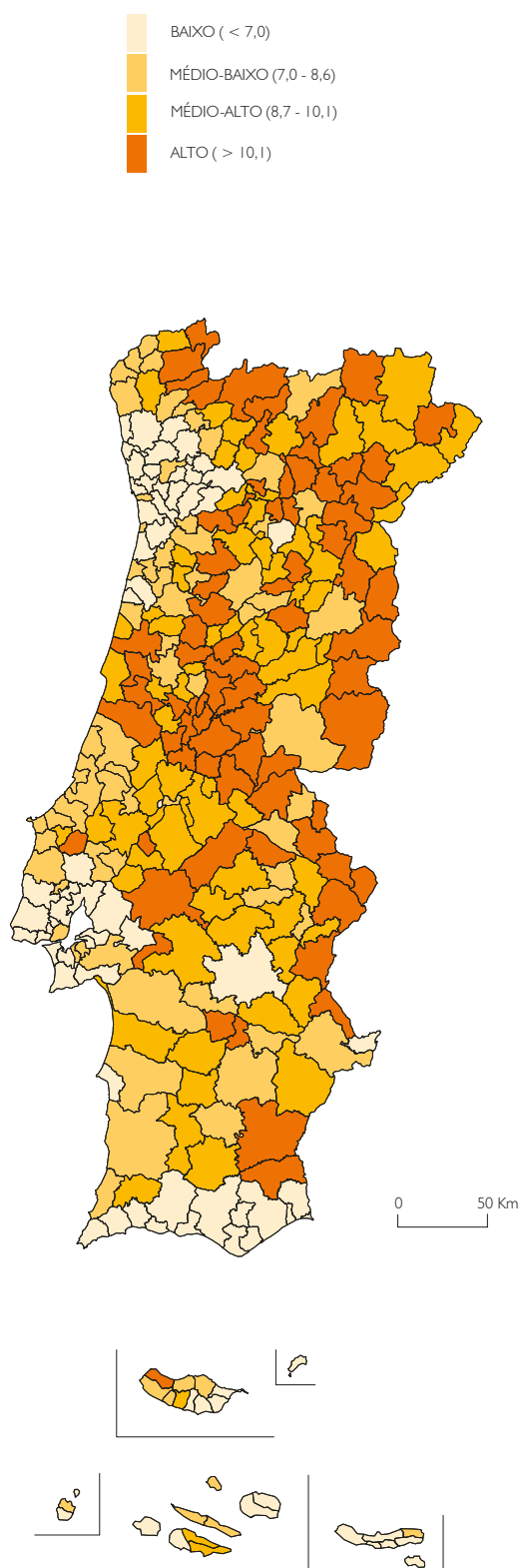
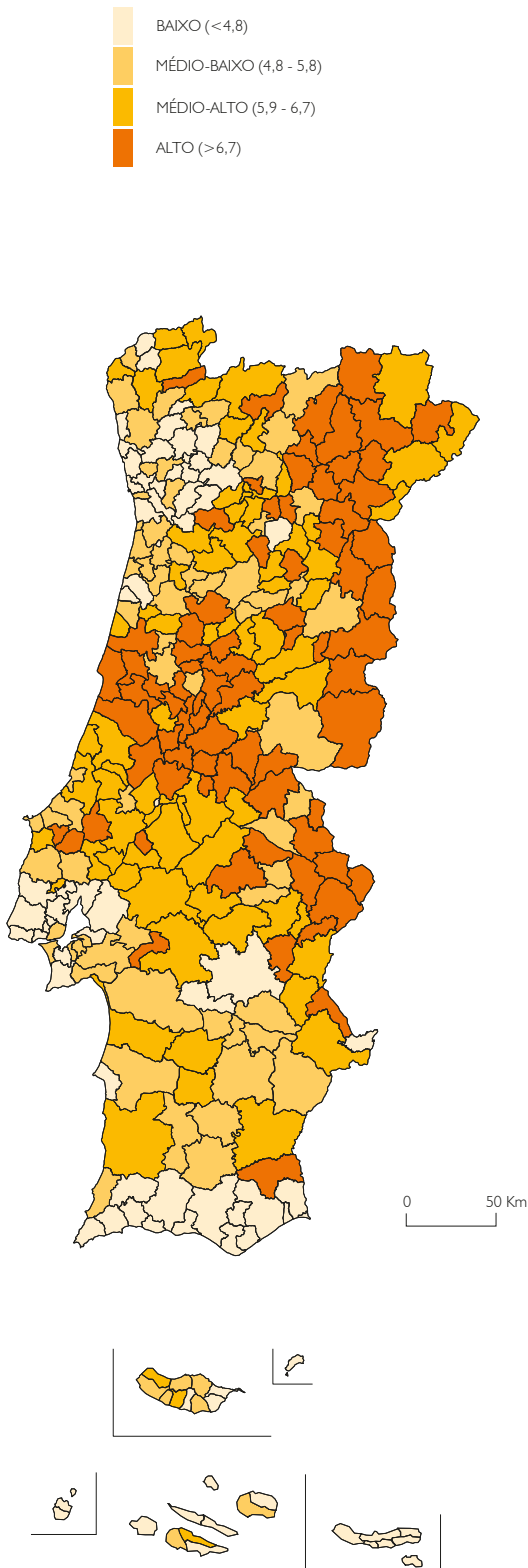


Figura 5.3 Índice de incapacidades cognitivas, por município, 2011 (%)

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados do Recenseamento Geral da População, 2011.



primeiras revela uma sobreposição quase perfeita com as três divisões observadas na distribuição das incapacidades e limitações sensoriais. Os mapas são, assim, muito semelhantes, indiciando um efeito cumulativo, ou seja, os municípios que têm uma percentagem elevada de população com problemas de ordem motora têm também percentagens elevadas de pessoas com problemas de ordem sensorial.

Incapacidades e limitações cognitivas

As perguntas que indagam as atividades de âmbito cognitivo são as seguintes:

- a) «Tem dificuldades de memória ou de concentração?»
- b) «Tem dificuldade em compreender os outros ou em fazer-se entender?»

Começando pela pergunta relativa à memória/concentração, a percentagem média da população que reporta dificuldades é de 7,1%, verificando-se diferenças acentuadas entre o valor mais alto (12,6%) e o mais baixo (2,9%).

No que respeita à segunda pergunta, as dificuldades em compreender os outros ou em fazer-se entender parecem afetar uma percentagem mais baixa da população (4,7%), pelo que os valores extremos são igualmente mais baixos e a diferença entre o valor mais elevado (8,8%) e o mais baixo (1,2%) menos ampla, na ordem dos 7%.

A variável *incapacidades e limitações cognitivas*, que resulta das duas anteriores, revela um valor médio de 5,9% e uma diferença de cerca de 8% entre o valor mais elevado (10,7%) e o menos elevado (2,4%). Comparando com as motoras e as sensoriais, as incapacidades e as limitações cognitivas afetam, em termos municipais, uma percentagem mais reduzida de população, ou seja, há menos pessoas que as referem



As três incapacidades ou limitações analisadas - sensoriais, motoras e cognitivas - têm um padrão semelhante do ponto de vista da distribuição geográfica.

ou que reconhecem que elas constituem um problema (Figura 5.3). Porém, a distribuição territorial tende para o mesmo padrão, refletido nas três divisões descritas na distribuição das incapacidades e das limitações sensoriais: a) as manchas litorais em torno do Porto, Lisboa/Setúbal e Algarve; b) as manchas da interioridade e da baixa densidade populacional, onde se integra a maioria dos municípios; e c) as manchas de transição, seja por aproximação ao Litoral, seja por concentrações populacionais mais significativas. Deste modo, conclui-se que as três incapacidades ou limitações analisadas - sensoriais, motoras e cognitivas - têm um padrão semelhante do ponto de vista da distribuição geográfica, embora registem valores médios diferenciados em termos do peso demográfico.

Quadro 5.1 Incapacidades / Limitações sensoriais, motoras ou cognitivas, médias, valores máximos e mínimos, Portugal, 2011

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados do Recenseamento Geral da População, 2011.

INCAPACIDADES / LIMITAÇÕES SENSORIAIS

	MÁXIMO	MÍNIMO	MÉDIA
Muita dificuldade Não consegue VER	19,9	4,0	10,3
Muita dificuldade Não consegue OUVIR	12,9	3,2	6,4
Índice de incapacidades Limitações SENSORIAIS	16,4	3,8	8,3

INCAPACIDADES / LIMITAÇÕES MOTORAS

	MÁXIMO	MÍNIMO	MÉDIA
Muita dificuldade Não consegue ANDAR	20,4	6,0	11,4
Muita dificuldade Não consegue TOMAR BANHO ou VESTIR-SE SOZINHO	13,6	2,9	5,9
Índice de incapacidades Limitações MOTORAS	16,5	4,7	8,7

INCAPACIDADES / LIMITAÇÕES COGNITIVAS

	MÁXIMO	MÍNIMO	MÉDIA
Muita dificuldade Não consegue MEMORIZAR ou CONCENTRAR-SE	12,6	2,9	7,1
Muita dificuldade Não consegue COMPREENDER ou FAZER-SE ENTENDER	8,8	1,2	4,7
Índice de incapacidades Limitações COGNITIVAS	10,7	2,4	5,9

Figura 5.4 Agregados unipessoais, por município, 2011 (%) Fonte: Cálculos próprios sobre os dados do Recenseamento Geral da População, 2011.

II

Agregados Unipessoais

Esta variável é constituída com base nas pessoas que vivem sozinhas. O número médio destes agregados unipessoais é 21,7%, ou seja, o peso destes agregados por município representa um pouco mais de uma em cada cinco (Quadro 5.2). Porém, atendendo aos valores máximo e mínimo, as diferenças entre municípios são abismais, 41,4% e 9,2%, respetivamente. Há municípios em que quase metade dos agregados é unipessoal, enquanto noutros não vão além de 10%.

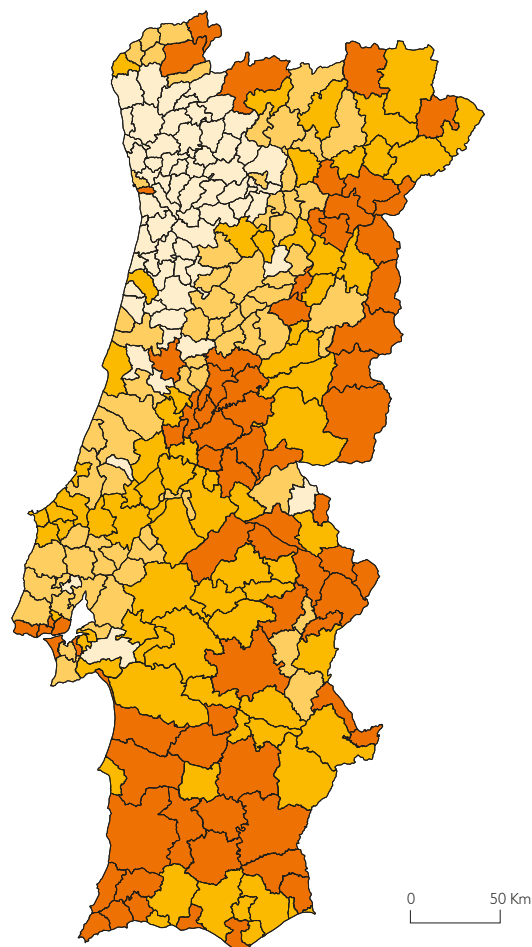
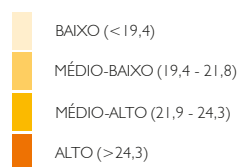
Estas diferenças territoriais estão espelhadas na Figura 5.4. Seguindo o critério da distribuição por quartis, emerge um país tripartido:

- a) Os agregados unipessoais distribuem-se por uma grande parte do país, marcando, sobretudo, o Interior e o Sul do país.
- b) O Litoral do país, a partir da península de Setúbal e em direção ao norte, apresenta percentagens moderadas (19,5%-21,8%) ou baixas (< 19,5%) de agregados unipessoais.
- c) Sublinha-se, no entanto, que é quase exclusivamente no Litoral Norte que se observam os valores mais baixos de agregados unipessoais.

Quadro 5.2 Agregados unipessoais, médias, valores máximo e mínimo, Portugal, 2011

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados do Recenseamento Geral da População, 2011.

AGREGADOS UNIPessoais			
	MÁXIMO	MÍNIMO	MÉDIA
VIVE SÓ (unidade doméstica constituída por uma pessoa)	41,4	9,2	21,7





Condições habitacionais

Os indicadores frequentemente utilizados para caracterizar as condições de habitabilidade — existência de água canalizada, retrete, banho ou duche e sistema de esgotos no alojamento — sugerem que, em Portugal, em 2011, estão supridas as condições de habitabilidade básicas. Não obstante, na ausência de informação censitária relativa ao estado de conservação dos alojamentos, existem outros indicadores, ao nível do edifício, que podem ajudar a perceber em que condições habitacionais vive a população portuguesa. Os Censos de 2011 averiguaram a necessidade de reparações na cobertura, estrutura e revestimento (paredes e caixilharia) dos 3 544 389 edifícios existentes em Portugal, admitindo cinco níveis de respostas: nenhuma; pequenas; médias; grandes e muito grandes. Nesta análise, esta questão foi tratada da seguinte forma:

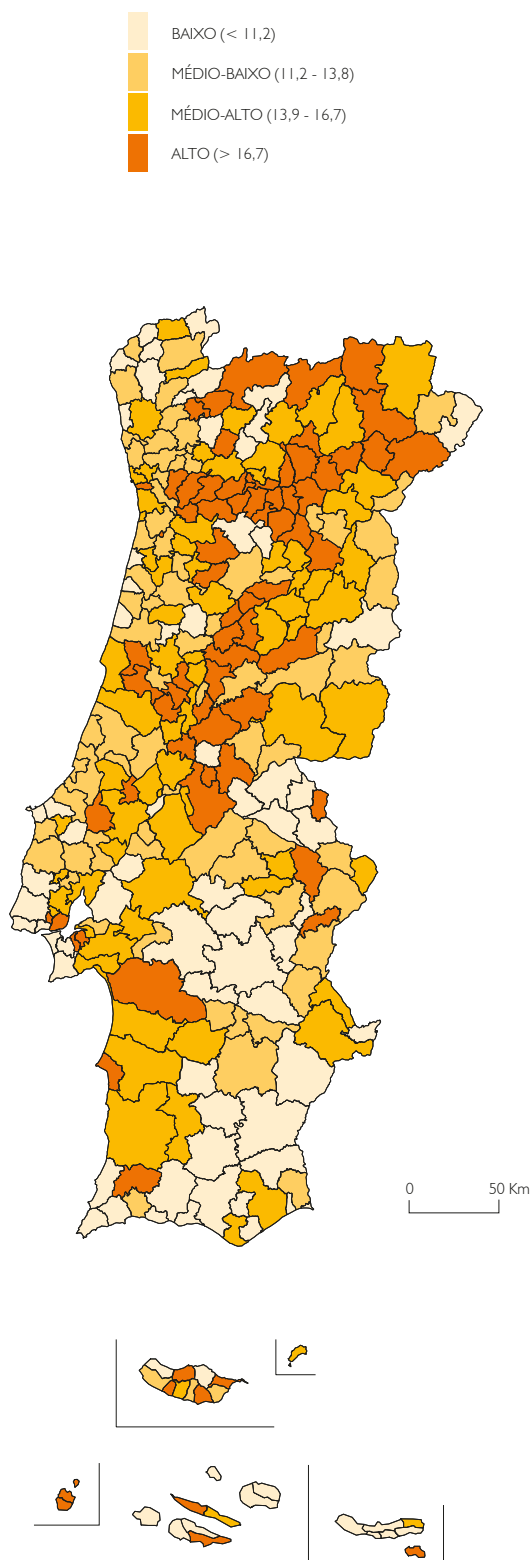
a) Atendendo a que a necessidade de pequenas reparações não indica necessariamente que os residentes vivam numa situação de privação relativamente ao edificado, optou-se por dicotomizar as variáveis relativas à cobertura, estrutura e revestimento do edifício em *sem necessidade de reparações* ou *necessidade de pequenas reparações* e *necessidade de reparações médias, grandes ou muito grandes*.

b) Foi aferida a percentagem de edifícios com *necessidade de reparações médias, grandes ou muito grandes* segundo o município.

A média das percentagens de edifícios que apresentam problemas ao nível da cobertura, estrutura ou revestimento resulta no que denominamos o estado da degradação dos edifícios. Esta variável assume um valor médio de 14,1%, ou seja, sensivelmente, um em cada sete edifícios apresenta necessidades de reparações

Figura 5.5 Estado de degradação dos edifícios, por município, 2011 (%)

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados do Recenseamento Geral da População, 2011.





O estado de degradação dos edifícios é mais acentuado no Norte do que no Sul, principalmente no Interior Norte.

significativas (Quadro 5.3). Contudo, a nível municipal verificam-se diferenças muito expressivas, entre os 3,1%, em Barrancos, e os 33,9%, em Mesão Frio. Esta disparidade é visível na Figura 5.5, que espelha a distribuição geográfica das carências ao nível do edificado no país. Segundo a distribuição por quartis, salienta-se que:

- O estado de degradação dos edifícios é mais acentuado no Norte do que no Sul, principalmente no Interior Norte.
- No Alentejo, existem grandes assimetrias, contrastando a posição desfavorável do Litoral com o Interior, que apresenta um parque habitacional mais bem conservado.
- As condições habitacionais, medidas pelo estado de degradação dos edifícios, são substancialmente melhores na Área Metropolitana de Lisboa do que na Área Metropolitana do Porto.

Quadro 5.3 Estado de degradação dos edifícios, médias, valores máximos e mínimos, Portugal, 2011

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados do Recenseamento Geral da População, 2011.

ESTADO DE DEGRADAÇÃO DOS EDIFÍCIOS

	MÁXIMO	MÍNIMO	MÉDIA
A ESTRUTURA do edifício necessita de reparações médias, grandes ou muito grandes	32,4	3,2	12,9
A COBERTURA do edifício necessita de reparações médias, grandes ou muito grandes	34,3	3,0	14,1
O REVESTIMENTO do edifício necessita de reparações médias, grandes ou muito grandes	35,4	3,2	15,2
ESTADO DE DEGRADAÇÃO dos edifícios	33,9	3,1	14,1

IV

Tipologia da distribuição geográfica da população com problemas de autonomia funcional

Após a análise isolada das variáveis, interessa agora considerar as suas interações na medida em que os problemas que afetam as pessoas portadoras de incapacidades ou limitações funcionais são também condicionados pelas características do agregado familiar e pelas condições habitacionais. Assim, consideramos as variáveis relativas às incapacidades e limitações sensoriais, motoras e cognitivas (apenas as três variáveis-síntese), aos agregados unipessoais e ao estado de degradação dos edifícios. A interação entre estas variáveis é analisada através de uma análise de *clusters*, que agrega os municípios cujos valores nessas variáveis se assemelham.

A estes parâmetros juntaram-se outros dois: a) o peso relativo da população com 65 e mais anos; e b) o índice de envelhecimento, ou seja, o número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas menores de 15 anos. A razão desta inclusão justifica-se pelo facto de existir, como já referido, uma associação entre, por um lado, as incapacidades e limitações funcionais e, por outro, o envelhecimento. Os mapas analisados reforçam também essa associação, na medida em que reproduzem um padrão semelhante ao da distribuição geográfica do índice do envelhecimento (Figura 5.6). Torna-se, por isso, importante clarificar se a distribuição dos problemas de autonomia das pessoas portadoras de incapacidade ou de limitações funcionais em termos municipais é redutível ao envelhecimento ou se outras variáveis não terão de ser convocadas para dar conta da tipologia e da respetiva distribuição geográfica.

Figura 5.6 Índice de envelhecimento, por município, 2011 (%) Fonte: Cálculos próprios sobre os dados do Recenseamento Geral da População, 2011.

A análise de *clusters* resultou no agrupamento dos 308 municípios portugueses em quatro grupos homogêneos: Grupo 1 – Autonomia não apoiada; Grupo 2 – Autonomia reduzida, mas apoiada; Grupo 3 – Autonomia favorável; Grupo 4 – Autonomia reduzida (Figura 5.7). O Quadro 5.4 apresenta os valores médios e o desvio-padrão das variáveis utilizadas na análise de cada um dos grupos.

O Grupo 1, que corresponde também ao menos numeroso, engloba apenas três municípios: Lisboa, Porto e Corvo. Comparativamente aos restantes grupos, este é um grupo de contrastes. É caracterizado pela mais baixa prevalência de incapacidades e limitações funcionais na população (4,3%-6,9%), o que significa que os residentes nestes municípios são, em média, mais autônomos em termos funcionais do que no resto do país. Contudo, relativamente às outras duas vertentes em análise, este grupo ocupa a posição mais desfavorável. A percentagem de agregados unipessoais é alta (35,6%) e uma elevada proporção de edifícios necessita de reparações (25,9%). O município do Corvo insere-se neste grupo devido ao facto de possuir pouca população e homogênea (430 residentes).

O Grupo 2 é constituído por 118 municípios, que se distribuem predominantemente no Sul e no Norte Interior do país. Nestes municípios, as incapacidades e limitações funcionais são médias-altas, sendo particularmente expressiva a prevalência de incapacidades motoras e sensoriais (em média, 9,2% e 9,0% da população, respetivamente). Neste grupo, uma em cada quatro pessoas vive só (24,7%). O estado da conservação dos edifícios destaca-se positivamente com apenas 11,7% dos edifícios a necessitarem de reparações significativas.

O Grupo 3 abrange 103 municípios e concentra-se, de uma maneira geral, em torno de três núcleos: parte da Área Metropolitana de Lisboa, o Litoral Norte e a Região Autónoma dos Açores. É um grupo de municípios que tem em comum uma prevalência de incapacidades e limitações funcionais média-baixa (5,1%-7,2%), a mais baixa proporção média de indivíduos a residir sós (17,1%) e uma proporção média-baixa de edifícios com necessidades de reparação (12,4%). Desta forma, este grupo apresenta-se como o mais moderado, ou seja, nestes municípios a população goza de uma relação mais favorável quando conjugadas as três vertentes em análise.

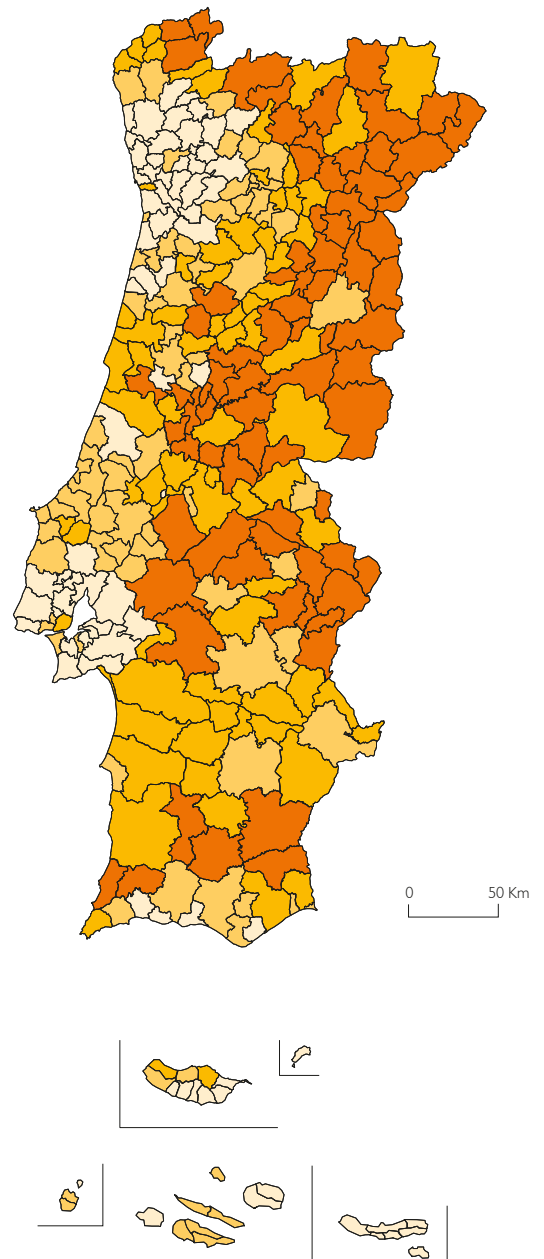
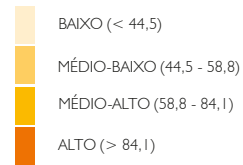
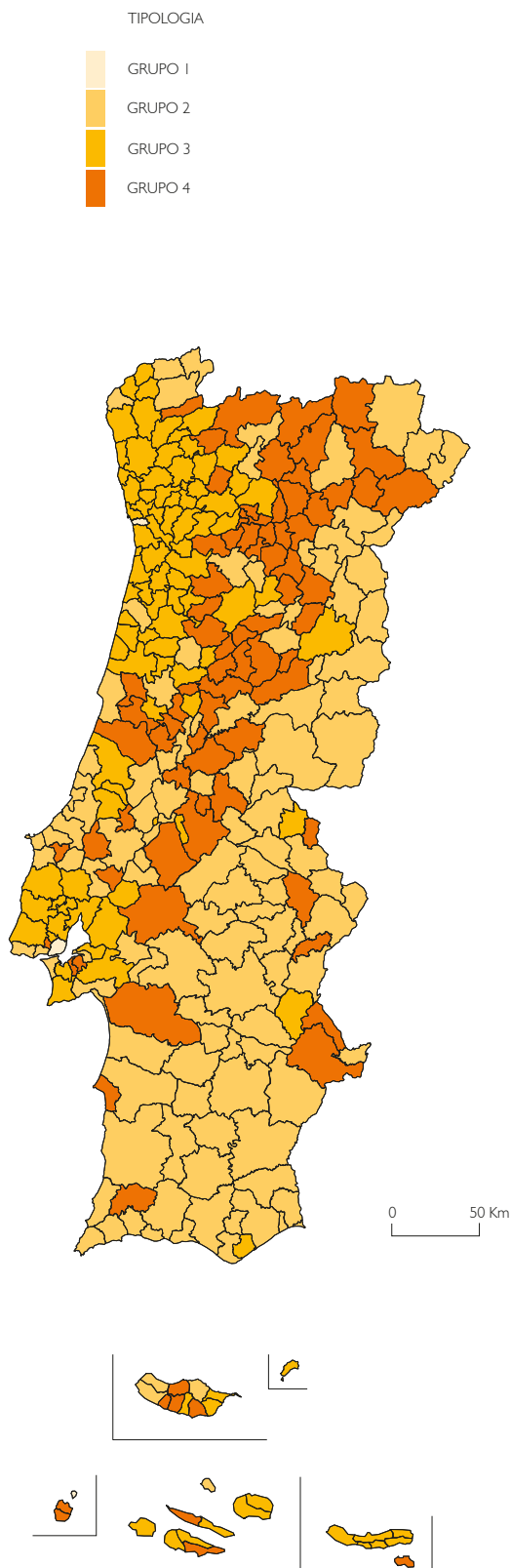


Figura 5.7 População com problemas de autonomia funcional: uma tipologia municipal, por município, 2011

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados do Recenseamento Geral da População, 2011.



A análise de *clusters* resultou no agrupamento dos 308 municípios portugueses em quatro grupos homogéneos: Grupo 1 – Autonomia não apoiada; Grupo 2 – Autonomia reduzida, mas apoiada; Grupo 3 – Autonomia favorável; Grupo 4 – Autonomia reduzida.

O Grupo 4 compreende 84 municípios, relativamente dispersos, que, contudo, formam uma faixa diagonal entre os municípios incluídos no Grupo 3, a oeste, e os do Grupo 2, a este. A população residente nestes municípios ocupa a posição mais desfavorável ao nível das incapacidades e limitações funcionais (6,6%-9,8%). Verifica-se que 22,5% da população reside só, o que, comparativamente aos outros grupos, é uma proporção média-baixa. Quanto ao parque habitacional, 19,0% do edificado apresenta necessidade de reparações, o que corresponde a um valor médio-alto. Em suma, este grupo de municípios é aquele em que a população tem uma relação mais desfavorável quando conjugadas as três vertentes em análise.

Caracterizada a tipologia municipal, resta perceber que relação existe entre esta e o envelhecimento da população. Com base em dois indicadores fundamentais no estudo do envelhecimento da população – a proporção de indivíduos com 65 e mais anos e o índice de envelhecimento –, verifica-se que o Grupo 1 é o mais envelhecido, tendo 23,7% da população 65 ou mais anos e uma relação de 188 indivíduos nesta faixa etária por cada 100 jovens com idade inferior a 15 anos (Quadro 5.5). Os municípios enquadrados nos Grupos 2 e 4 revelam também estruturas populacionais bastante envelhecidas.

Por conseguinte, os municípios mais jovens são os reunidos no Grupo 3, razão pela qual este grupo tem a mais baixa proporção de indivíduos com 65 e mais anos (15,7%) e o mais baixo índice de envelhecimento (98 seniores por cada 100 jovens).

A relação entre estes dois indicadores de envelhecimento e os quatro grupos de municípios tende a mostrar que, excetuando o Grupo 1, ou seja, essencialmente Lisboa e Porto, os grupos mais envelhecidos revelam mais incapacidades ou limitações funcionais, mais pessoas a viver sós e condições habitacionais menos favoráveis, acontecendo o inverso com o grupo menos envelhecido (Grupo 3).

Quadro 5.5 Relação entre a tipologia municipal e o envelhecimento, por município, 2011

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados do Recenseamento Geral da População, 2011.

	População 65 + anos (%)	Índice de Envelhecimento
Grupo 1	23,7	188
Grupo 2	22,2	160
Grupo 3	15,7	98
Grupo 4	23,1	172

Quadro 5.4 Caracterização dos quatro grupos da tipologia municipal, médias e desvios-padrão, Portugal, 2011

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados do Recenseamento Geral da População, 2011.

	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Grupo 4	
	MÉDIA	DESVIO-PADRÃO	MÉDIA	DESVIO-PADRÃO	MÉDIA	DESVIO-PADRÃO	MÉDIA	DESVIO-PADRÃO
Índice de incapacidades SENSORIAIS	6,2	1,3	9,0	2,1	6,7	1,1	9,5	2,0
Índice de incapacidades MOTORAS	6,9	1,1	9,2	2,2	7,2	1,4	9,8	1,8
Índice de incapacidades COGNITIVAS	4,3	1,7	6,2	1,5	5,1	0,8	6,6	1,4
AGREGADOS UNIPESOAIS	35,6	5,5	24,7	2,8	17,1	3,5	22,5	2,9
Estado de DEGRADAÇÃO DOS EDIFÍCIOS	25,9	4,3	11,7	2,7	12,4	3,1	19,0	3,3
Número de Municípios	3		118		103		84	

V

Conclusão

Em termos finais, importa sublinhar os principais resultados da análise realizada.

Em primeiro lugar, relativamente às incapacidades e limitações funcionais, observou-se uma hierarquização que coloca à frente os problemas de natureza motora, seguidos dos sensoriais e, por último, dos cognitivos. Apesar desta hierarquização, a distribuição geográfica é bastante semelhante, destacando um país tripartido entre áreas litorais em torno do Porto, Lisboa/Setúbal e Algarve; áreas de interioridade e de baixa densidade populacional, onde se integram a maioria dos municípios; e áreas de transição, seja por aproximação ao Litoral, seja por concentrações populacionais mais significativas. Esta distribuição das incapacidades e limitações funcionais tende a recobrir a distribuição do índice de envelhecimento.

Os agregados unipessoais e as condições habitacionais têm, contudo, distribuições bastante diferentes. Simplificando, a primeira destaca sobretudo um Norte Litoral com uma menor percentagem de pessoas sós, possivelmente relacionada com estruturas familiares mais densas, enquanto a segunda distribuição faz sobretudo sobressair um contraste entre Norte e Sul, com o primeiro a exibir condições habitacionais menos favoráveis.

A combinação das variáveis relativas às incapacidades e limitações funcionais, às pessoas que vivem sós e às condições habitacionais permitiu identificar quatro grupos. O aspeto mais relevante diz respeito a Lisboa e ao Porto (Grupo I), que, embora apresentem os níveis mais elevados de agregados unipessoais e de condições habitacionais menos favoráveis, revelam menos problemas de autonomia funcional. Esta relação é tanto mais interessante quanto o Grupo I exibe valores mais acentuados em termos de envelhecimento, pelo que este nem sempre está associado aos problemas de autonomia funcional. Porém, nos restantes grupos tende a verificar-se que quanto mais envelhecidos os municípios que os compõem, maior o peso das pessoas que vivem sozinhas e os problemas de autonomia funcional. A exceção de Lisboa e Porto chama à atenção para o facto de a distribuição

geográfica da população com problemas de autonomia funcional não se sobrepor completamente às tendências do envelhecimento, sendo necessário ter em conta outros aspetos das estruturas populacionais, além da idade. No caso em apreço, a existência de menos problemas de autonomia funcional revela a necessidade de considerar outras variáveis, designadamente a estrutura socioeconómica do município e as condições de saúde da população. Neste sentido, esta análise sugere o interesse em considerar também as desigualdades socioeconómicas no estudo da distribuição geográfica da população com problemas de autonomia funcional.

referências bibliográficas

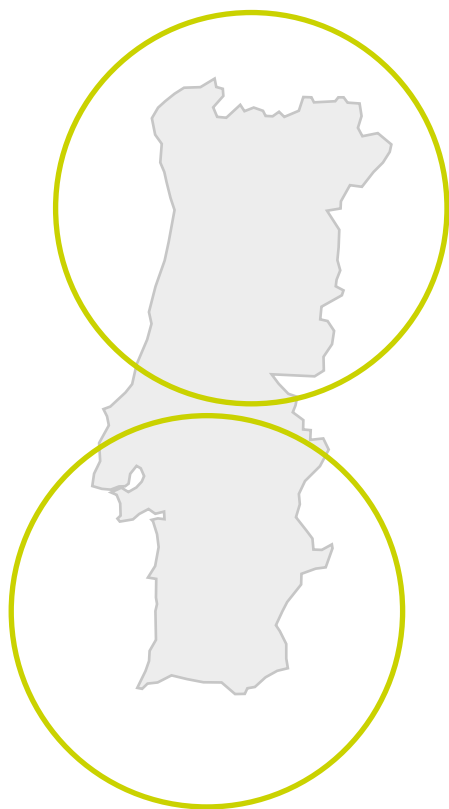
Bandeira, M.L. (org.). 2014. *Dinâmicas Demográficas e Envelhecimento da População Portuguesa 1950-2011: Evolução e Perspectivas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Cabral, M.V. (org.). 2013. *Processos de Envelhecimento em Portugal: Usos do tempo, redes sociais e condições de vida*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

INE. 2011. *Questionário Individual*. Instituto Nacional de Estatística.

INE. 2011. *Questionário de Edifício*. Instituto Nacional de Estatística.

CONTINENTE:
CONTRASTE
NORTE/SUL

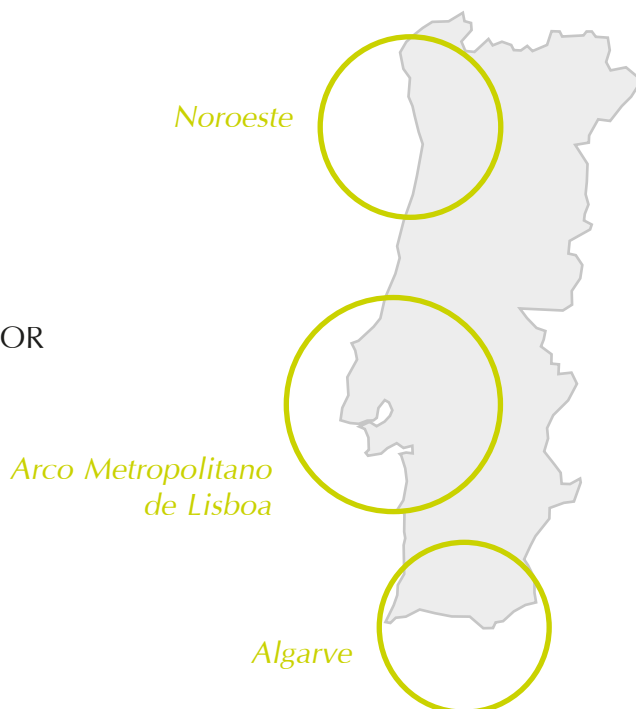


Fecundidade
Natalidade
População em idade reprodutiva (25-44 anos)

RETRATOS MUNICIPAIS

3 Regiões Urbanas Funcionais Litorais

CONTINENTE:
DICOTOMIA
LITORAL/INTERIOR



Interior
Envelhecimento
Participação Eleitoral (Autárquicas)

COMENTÁRIO FINAL

Uma visão territorial permite identificar características e tendências que passam despercebidas quando se olha para Portugal como um ponto. Neste comentário final, sintetizam-se as várias geografias detetadas nos textos precedentes, confrontando-as com as diversas dicotomias a que habitualmente se recorre para descrever e interpretar o país.

O que nos dizem os diferentes retratos municipais apresentados nos capítulos anteriores?

Ao longo dos vários textos, é possível encontrar confirmações e surpresas em relação quer a padrões e tendências territoriais identificados em múltiplos estudos anteriores sobre a realidade portuguesa, quer a intuições, de origem mais ou menos difusa, que marcam a opinião pública e mesmo grande parte dos *media*. Noutros casos, e dado o carácter inovador da informação utilizada, os resultados obtidos vêm preencher lacunas de conhecimento de cuja existência nem todos, por certo, tinham consciência.

Mantêm-se válidas as dualidades recorrentemente invocadas para descrever Portugal, entre o Norte e o Sul, o Litoral e o Interior, o urbano e o rural, ou mesmo o Continente e as Ilhas?

Os vários retratos municipais ilustram diferentes componentes de um país geograficamente heterogéneo e em mudança, pelo que é impossível responder de forma generalizada à questão colocada.

Há situações em que o contraste Norte/Sul permanece significativo, mas, surpreendentemente, com um significado invertido em relação ao que prevaleceu nas últimas décadas. Por exemplo, é agora no Norte (e também no Centro e nas Regiões Autónomas) que se verificam os casos mais intensos de declínio da natalidade, da fecundidade e da população em idade reprodutiva (25-44 anos), contrastando com o comportamento menos

negativo ou mesmo de revitalização demográfica que se observa em municípios do Sul (Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo Litoral, Baixo Alentejo e Algarve).

Também a dicotomia Litoral/Interior, mantendo-se relevante em alguns aspetos, parece reconfigurar-se em torno da afirmação de três áreas: o Noroeste (centrado na cidade do Porto e delimitado, grosso modo, por uma linha que circunda Viana do Castelo, Braga e Aveiro), o Arco Metropolitano de Lisboa (estendendo-se da Grande Lisboa até Leiria, Évora e Sines) e o Algarve, ou seja, as três grandes regiões urbanas funcionais do país. Ao mesmo tempo, sendo verdade que no Interior ocorrem algumas das situações mais graves de envelhecimento e de muitos dos problemas a ele associados (por exemplo, a incidência de casos de incapacidade e limitação a nível cognitivo, sensorial e motor), também é certo que, por exemplo, a participação nas eleições autárquicas é mais elevada nos municípios com uma população envelhecida, com menor taxa de escolarização e com rendimentos mais baixos.

A oposição urbano/rural não escapa a tendências semelhantes às que anteriormente foram salientadas: não desaparecendo, reconfigura-se no que se refere às relações de integração que se estabelecem entre os dois tipos de áreas — de que a afirmação das três grandes regiões urbanas funcionais são a melhor ilustração —, mas também no que diz respeito a algumas das suas características. Recorde-se, por exemplo, que diversos municípios rurais de pequena dimensão se salientaram por terem valores relativos elevados de denúncias e/ou reclamações ambientais (sobretudo, nos domínios dos resíduos, da floresta e da água e saneamento) e de associativismo ambiental e juvenil, práticas geralmente associadas aos segmentos mais urbanizados e jovens da população.

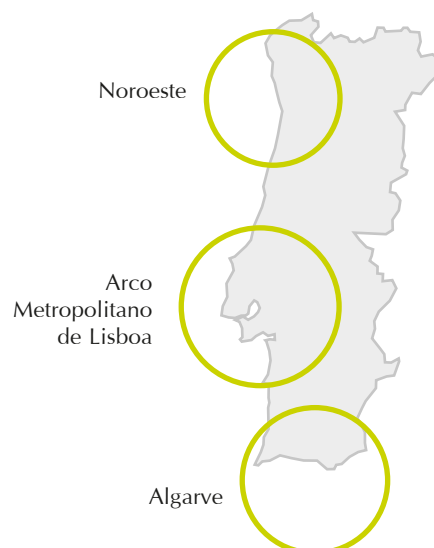
Em relação aos contextos urbanos, Lisboa e Porto continuam a destacar-se das restantes cidades. É particularmente significativo que nestes casos a existência de níveis mais elevados de agregados unipessoais, de condições habitacionais menos favoráveis e de índices de envelhecimento mais acentuados não se traduza, numa

CONTINENTE:

OPOSIÇÃO URBANO/RURAL

3 Regiões

Urbanas Funcionais Litorais



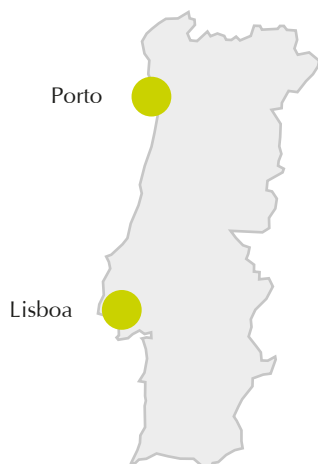
CONTINENTE:

CONTEXTOS URBANOS

Elevada presença de agregados unipessoais

Condições habitacionais menos favoráveis

Envelhecimento acentuado



CONTINENTE:

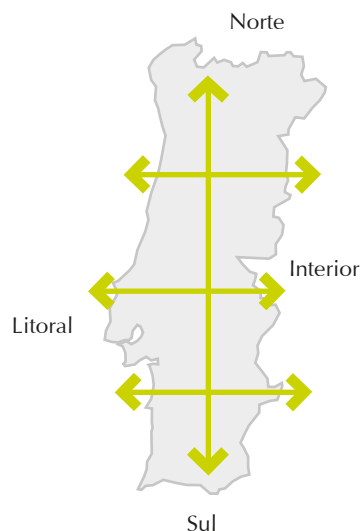
TENDÊNCIAS TRANSVERSAIS

Associativismo juvenil

Capitação e despesas em ambiente

Resíduos urbanos em aterro

Orçamento participativo



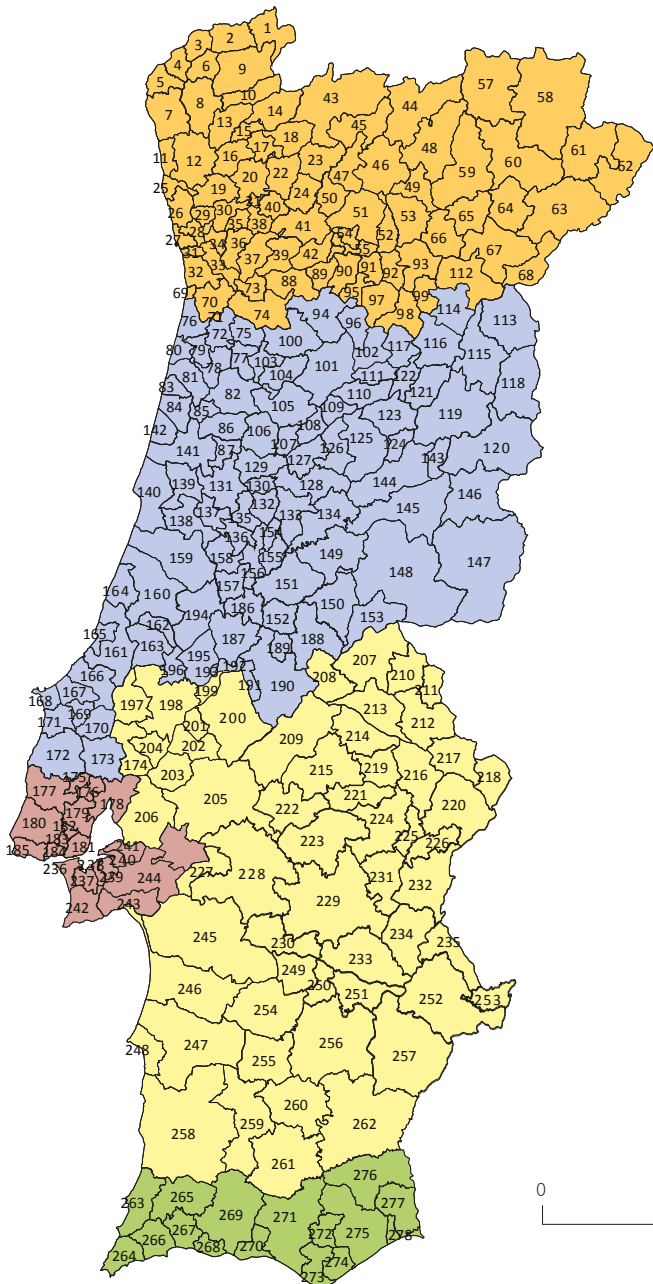
proporção idêntica ao que sucede nos restantes concelhos do país, por uma incidência elevada de problemas de autonomia funcional, resultado que não será estranho à estrutura socioeconómica daquelas duas cidades e às condições de saúde da população que aí reside.

Finalmente, há tendências transversais que parecem cruzar as várias dualidades referidas (o associativismo juvenil, por exemplo) ou que não apresentam um padrão geográfico claro (a capitação e a estrutura das despesas municipais em ambiente, a proporção de resíduos urbanos depositados em aterro ou as experiências de orçamento participativo), já que dependem mais de decisões e práticas dos cidadãos e dos autarcas do que de fatores de natureza estrutural e de mudança lenta, como sucede com a composição etária e familiar ou com as condições de habitação.

O país social é, pois, feito de várias geografias, e estas estão em permanente mutação, ainda que a velocidades distintas. Continuidade, reconfiguração e disrupção conjugam-se no âmbito de tendências diversificadas, umas de persistência, outras de resistência, outras ainda de emergência de situações novas ou inovadoras face ao passado recente, mas cuja durabilidade, contudo, nem sempre é clara.

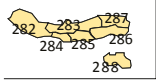
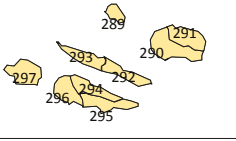
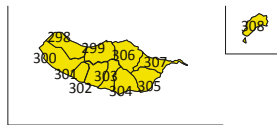
Os vários retratos municipais incluídos nesta publicação ilustram componentes deste país geograficamente polimórfico e em mudança, que importa conhecer melhor e entender de forma mais rigorosa. Só assim poderemos, com eficácia e eficiência, combater as assimetrias territoriais existentes e, ao mesmo tempo, valorizar a diversidade interna de um país pequeno, mas heterogéneo.

INDICE DOS CONCELHOS E REGIÕES (NUTS II) DE PORTUGAL



REGIÕES (NUTS II)

- NORTE
- CENTRO
- ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA
- ALENTEJO
- ALGARVE
- REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
- REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



1	Melgaço	80	Murtosa	159	Pombal	238	Barreiro
2	Monção	81	Aveiro	160	Leiria	239	Moita
3	Valença	82	Águeda	161	Alcobaça	240	Montijo
4	Vila Nova de Cerveira	83	Ílhavo	162	Batalha	241	Alcochete
5	Caminha	84	Vagos	163	Porto de Mós	242	Sesimbra
6	Paredes de Coura	85	Oliveira do Bairro	164	Marinha Grande	243	Setúbal
7	Viana do Castelo	86	Anadia	165	Nazaré	244	Palmela
8	Ponte de Lima	87	Mealhada	166	Caldas da Rainha	245	Alcácer do Sal
9	Arcos de Valdevez	88	Cinfães	167	Óbidos	246	Grândola
10	Ponte da Barca	89	Resende	168	Peniche	247	Santiago do Cacém
11	Esposende	90	Lamego	169	Bombarral	248	Sines
12	Barcelos	91	Armamar	170	Cadaval	249	Alvito
13	Vila Verde	92	Tabuaço	171	Lourinhã	250	Cuba
14	Terras de Bouro	93	São João da Pesqueira	172	Torres Vedras	251	Vidigueira
15	Amares	94	Castro Daire	173	Alenquer	252	Moura
16	Braga	95	Tarouca	174	Azambuja	253	Barrancos
17	Póvoa de Lanhoso	96	Vila Nova de Paiva	175	Sobral de Monte Agraço	254	Ferreira do Alentejo
18	Vieira do Minho	97	Moimenta da Beira	176	Arruda dos Vinhos	255	Aljustrel
19	Vila Nova de Famalicão	98	Sernancelhe	177	Mafra	256	Beja
20	Guimarães	99	Penedono	178	Vila Franca de Xira	257	Serpa
21	Vizela	100	São Pedro do Sul	179	Loures	258	Odemira
22	Fafe	101	Viseu	180	Sintra	259	Ourique
23	Cabeceiras de Basto	102	Sátão	181	Lisboa	260	Castro Verde
24	Celorico de Basto	103	Vouzela	182	Odivelas	261	Almodôvar
25	Póvoa de Varzim	104	Oliveira de Frades	183	Amadora	262	Mértola
26	Vila do Conde	105	Tondela	184	Oeiras	263	Aljezur
27	Matosinhos	106	Mortágua	185	Cascais	264	Vila do Bispo
28	Maia	107	Santa Comba Dão	186	Ferreira do Zêzere	265	Monchique
29	Trofa	108	Carregal do Sal	187	Tomar	266	Lagos
30	Santo Tirso	109	Nelas	188	Mação	267	Portimão
31	Porto	110	Mangualde	189	Sardoal	268	Lagoa
32	Vila Nova de Gaia	111	Penalva do Castelo	190	Abrantes	269	Silves
33	Gondomar	112	Vila Nova de Foz Côa	191	Constância	270	Albufeira
34	Valongo	113	Figueira de Castelo Rodrigo	192	Vila Nova da Barquinha	271	Loulé
35	Paços de Ferreira	114	Meda	193	Entroncamento	272	São Brás de Alportel
36	Paredes	115	Pinhel	194	Ourém	273	Faro
37	Penafiel	116	Trancoso	195	Torres Novas	274	Olhão
38	Lousada	117	Aguiar da Beira	196	Alcanena	275	Tavira
39	Marco de Canaveses	118	Almeida	197	Rio Maior	276	Alcoutim
40	Felgueiras	119	Guarda	198	Santarém	277	Castro Marim
41	Amarante	120	Sabugal	199	Golegã	278	Vila Real de Santo António
42	Baião	121	Celorico da Beira	200	Chamusca	279	Corvo
43	Montalegre	122	Fornos de Algodres	201	Alpiarça	280	Santa Cruz das Flores
44	Chaves	123	Gouveia	202	Almeirim	281	Lajes das Flores
45	Boticas	124	Manteigas	203	Salvaterra de Magos	282	Ponta Delgada
46	Vila Pouca de Aguiar	125	Seia	204	Cartaxo	283	Ribeira Grande
47	Ribeira de Pena	126	Oliveira do Hospital	205	Coruche	284	Lagoa (R.A.A.)
48	Valpaços	127	Tábua	206	Benavente	285	Vila Franca do Campo
49	Murça	128	Arganil	207	Nisa	286	Povoação
50	Mondim de Basto	129	Penacova	208	Gavião	287	Nordeste
51	Vila Real	130	Vila Nova de Poiares	209	Ponte de Sor	288	Vila do Porto
52	Sabrosa	131	Coimbra	210	Castelo de Vide	289	Santa Cruz da Graciosa
53	Aljô	132	Lousã	211	Marvão	290	Angra do Heroísmo
55	Santa Marta de Penaguião	133	Góis	212	Portalegre	291	Vila da Praia da Vitória
55	Peso da Régua	134	Pampilhosa da Serra	213	Crato	292	Calheta (R.A.A.)
56	Mesão Frio	135	Miranda do Corvo	214	Alter do Chão	293	Velas
57	Vinhais	136	Penela	215	Avis	294	São Roque do Pico
58	Bragança	137	Condeixa-a-Nova	216	Monforte	295	Lajes do Pico
59	Mirandela	138	Soure	217	Arronches	296	Madalena
60	Macedo de Cavaleiros	139	Montemor-o-Velho	218	Campo Maior	297	Horta
61	Vimioso	140	Figueira da Foz	219	Fronteira	298	Porto Moniz
62	Miranda do Douro	141	Cantanhede	220	Elvas	299	São Vicente
63	Mogadouro	142	Mira	221	Sousel	300	Calheta (R.A.M.)
64	Alfândega da Fé	143	Belmonte	222	Mora	301	Ponta do Sol
65	Vila Flor	144	Covilhã	223	Arraiolos	302	Ribeira Brava
66	Carrizada de Ansiães	145	Fundão	224	Estremoz	303	Câmara de Lobos
67	Torre de Moncorvo	146	Penamacor	225	Borba	304	Funchal
68	Freixo de Espada à Cinta	147	Idanha-a-Nova	226	Vila Viçosa	305	Santa Cruz
69	Espinho	148	Castelo Branco	227	Vendas Novas	306	Santana
70	Santa Maria da Feira	149	Oleiros	228	Montemor-o-Novo	307	Machico
71	São João da Madeira	150	Proença-a-Nova	229	Évora	308	Porto Santo
72	Oliveira de Azeméis	151	Sertã	230	Viana do Alentejo		
73	Castelo de Paiva	152	Vila de Rei	231	Redondo		
74	Arouca	153	Vila Velha de Ródão	232	Alandroal		
75	Vale de Cambra	154	Castanheira de Pêra	233	Portel		
76	Ovar	155	Pedregão Grande	234	Reguengos de Monsaraz		
77	Sever do Vouga	156	Figueiró dos Vinhos	235	Mourão		
78	Albergaria-a-Velha	157	Alvaiázere	236	Almada		
79	Estarreja	158	Ansião	237	Seixal		